



MUSEUS DO DISTRITO DE VISEU: a construção de uma rede de proximidade territorial

MUSEUMS OF DISTRICT OF VISEU: framing of a territorial proximity network.

Ana Rita Santos Almeida Martins Antunes

Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa

Resumo: O vasto e diversificado património museológico do Distrito de Viseu, construído numa expressão de “estruturas museu”, não credenciadas, conduziu a um levantamento exaustivo de todas as unidades museológicas dos 24 Concelhos. A interligação de todas estas unidades numa possível “rede” de proximidade pautou uma investigação que originou uma proposta para uma Rede de proximidade territorial, com um design sustentável e a implementação de um plano de gestão integrada.

Palavras-chave: Distrito de Viseu (Portugal). Museu. Rede. Gestão. Comunidades.

Abstract: The large and diversified museum heritage of the District of Viseu, based on an expression of “museum structures”, not accredited, led to an exhausting identification of all museum units of the 24 municipalities. The interconnection of all these units in a potential “proximity network” guided the study which resulted a proposal of a “territorial proximity network”, with a sustainable design and the implementation of an integrated management project.

Keywords: District of Viseu (Portugal). Museum. Network. Management. Communities.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é o resultado de uma investigação de Mestrado em Museologia e Museografia, desenvolvida na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, que visava essencialmente o estudo atualizado das unidades museológicas existentes num distrito do centro de Portugal.

A escolha do distrito de Viseu é justificada pelas suas características híbridas e únicas, revelando-se um conjunto heterogéneo e estratificado da malha museológica nacional. Identificaram-se algumas incógnitas associadas à forma como a gestão se processava nas unidades museológicas do Distrito de Viseu, num interesse final de elaborar sugestões que justificassem assim o tema da dissertação. As diversas visitas efetuadas contribuíram de forma nuclear para a listagem e análise das interrogações colocadas e dos caminhos a seguir. A ideia final consistiu em direcionar a investigação, num contexto real de rede distrital / comunitária.

Uma rede de museus que conseguisse interligar instituições com diferentes níveis de particularidade. Espaços que precisam de ser questionados e de uma reflexão sobre o modo de transformação das fraquezas em pontos fortes e das

ameaças em oportunidades, para otimização do que é verdadeiramente *nosso*, no fundo, para um resultado mais inteligente e promissor.

O texto está dividido em duas partes fundamentais: na primeira, descreve-se sumariamente a metodologia adotada para a investigação realizada no distrito de Viseu e os resultados obtidos através da interligação dos dados recolhidos em todas as unidades visitadas e estudadas; na segunda, apontam-se as principais diretrizes do projeto Rede Distrital de Museus e a importância da sua aplicação.

1. VISEU — UMA REGIÃO E OS SEUS MUSEUS

1.1 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

A delimitação do objeto de estudo, o Distrito de Viseu, foi o primeiro passo para a estruturação da investigação. Perceber a realidade de uma zona do interior do país na tentativa de projeção de políticas ativas, em terras onde os contrastes são de larga escala. A escolha do objeto tornou-se óbvia, pois sendo Viseu, a minha cidade natal, queria ter um conhecimento mais aprofundado da realidade museológica do distrito.

A recolha de informação, junto do Posto de Turismo de Viseu, foi fundamental para registrar e sistematizar o maior número de contactos das unidades museológicas existentes. Esta etapa suscitou questões no que respeitava às diferentes áreas regionais de turismo, que, por conseguinte, não permitia o registo de todos os concelhos do distrito. Desencadeou uma fase de contactos telefónicos com a autarquia de cada concelho e, quando necessário, com as respetivas Juntas de Freguesia. Foi elaborado um questionário padrão para o registo de dados respeitantes à orgânica de funcionamento, recursos materiais e humanos e à gestão de cada unidade museológica. A visita às unidades em registo foi orientada por um cronograma, a fim de estruturar hipóteses mais rentáveis de deslocação, permitiu também efetuar um arquivo fotográfico dos espaços do museu. Os dados recolhidos deram origem a uma ficha técnica de cada uma das unidades, onde foram desenvolvidos aspetos respeitantes à história da coleção, às temáticas expostas e à gestão aplicada por cada unidade museológica. De uma forma mais aprofundada, a ficha explora ainda aspetos referentes ao plano museológico e museográfico (circuitos museográficos, organização expositiva, propostas de encenação, equipamentos e comunicação). Esta ficha permitiu criar uma base de dados, onde foi possível estabelecer comparações reais e criar estratégias de análise e argumentação ilustrativas de diversas realidades do interior.

1.2 OBJETO DE ESTUDO

O Distrito de Viseu localiza-se na Região Administrativa do Centro de Portugal Continental, a sul do Rio Douro entre os distritos da Guarda a oriente, o distrito de Aveiro a ocidente e o distrito de Coimbra a sul. Com 5.007 Km² de superfície, abrange 24 concelhos¹A localização geográfica dos concelhos é apresentada no



Mapa 1: Disposição dos 24 concelhos pelo distrito. A faixa mais escura representa os concelhos que pertencem à área regional de Turismo do Norte, os restantes à área regional de Turismo do Centro



Mapa 2: Localização dos museus do distrito. Três museus são assinalados com círculo.



M
V
S
E
I

mapa abaixo, de forma a tornar mais perceptíveis possíveis fluxos das Unidades Museológicas. A faixa norte pertence à Área Regional de Turismo do Norte e o restante distrito à Área Regional de Turismo do Centro. Todo o distrito é representado por fortes assimetrias socioeconómicas e demograficamente, caracteriza-se por uma população envelhecida.

1.3 ENQUADRAMENTO MUSEOLÓGICO

O trabalho de campo permitiu o registo de 44 Unidades Museológicas, das quais, apenas 34 foram visitadas, entre Novembro de 2010 a Maio de 2011. As 34 unidades, distribuídas de forma irregular pelo distrito, encontram-se em 21, dos 24 concelhos. (cf.: listagem abaixo. Os espaços sublinhados são as instituições, que, por problemas logísticos, não foi possível visitar e estudar.)

LISTAGEM DOS MUSEUS DO DISTRITO

- *Carregal do Sal*, Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria. Núcleo Museológico — Lagar de Varas de Parada
- *Castro Daire*, Museu Municipal de Castro Daire. Museu Maria da Fontinha. Exposição Etnográfica do Mezio. Museu de Almofala. Museu Etnográfico do Rancho Folclórico “As Morenitas de Alva”
- Cinfães, Museu Serpa Pinto
- Lamego, Museu de Lamego
- Mangualde, Núcleo Museológico Felmica
- Moimenta da Beira, Casa Museu Aquilino Ribeiro. Casa do Aldeão (Soutosa). Casa Museu do Alvite. Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre. Eco-museu de Segões
- Nelas, Núcleo Arqueológico de Canas de Senhorim. Casa de Santar. Paço dos Cunhas de Santar
- Oliveira de Frades, Museu Municipal de Oliveira de Frades
- Penalva do Castelo, Casa da Ínsua
- Penedono, Museu Municipal de Penedono
- Resende, Museu Municipal de Resende
- São João da Pesqueira, Museu Eduardo Tavares. Museu de Trevões
- São Pedro do Sul, Núcleo Termal Balneário Rainha D. Amélia. Museu Rural de Carvalhais
- Sátão, Museu Municipal Camila Loureiro
- Sernancelhe, Museu Paroquial Padre Cândido. Museu Monográfico do Ex-Voto (Lapa)
- *Tabuaço*, Museu do Imaginário Duriense
- *Tarouca*, Museu do Espumante
- *Tondela*, Museu Municipal Terras de Besteiros. Museu do Caramulo / Fundação Abel de Lacerda

- *Vila Nova de Paiva*, Museu Rural de Pendilhe
- *Viseu*, Museu Grão Vasco. Museu Almeida Moreira. Tesouro da Misericórdia. Tesouro da Sé. Seminário Maior. Museu Etnográfico de Silgueiros. Casa de Lavoura e Oficina do Linho — Museu Etnográfico. Museu Etnográfico de Vila Chã de Sá. Eco-museu de Torredeita
- *Vouzela*, Museu Municipal de Vouzela

No que respeita às categorias, a malha museológica foi avaliada, tendo em conta os artigos 3º e 4º da Lei Quadro dos Museus Portugueses nº47/2004 de 19 de Agosto², e a cada unidade foi atribuída uma Categoria Padrão. A **Coleção Visível (A)** dividida em três grupos, coleção visitável, reserva visitável e núcleo; e a categoria **Museu (B)**, dividida entre museus que não integram a RPM, ^{3e} e museus credenciados pela RPM.

	Categoria Padrão	Unidade Correspondente
A	Coleção Visível	Casa de Santar. Paço dos Cunhas de Santar. Casa da Ínsua. Núcleo Museológico Felmica. Núcleo Termal do Balneário Rainha D. Amélia. Museu do Espumante. Casa Aldeão. Casa Museu do Alvite. Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre. Museu Rural de Carvalhais. Museu Rural de Pendilhe. Museu Municipal de Castro Daire. Exposição Etnográfica do Mezio. Museu Maria da Fontinha. Museu Camila Loureiro. Casa Museu Aquilino Ribeiro. Núcleo Arqueológico de Canas de Senhorim
	Reserva Visível	Museu Etnográfico de Silgueiros. Museu Paroquial Padre Cândido
	Núcleo	Núcleo Museológico Lagar de Varas de Parada
B	Museus out RPM	Museu Serpa Pinto. Museu Municipal de Oliveira de Frades. Museu Municipal de Penedono. Museu Municipal de Resende. Museu Municipal Terras de Besteiros. Museu Municipal de Vouzela. Museu Municipal Manuel Soares da Albergaria. Museu Eduardo Tavares. Tesouro da Misericórdia. Casa de Lavoura e Oficina do Linho. Museu do Imaginário Duriense
	Museus in RPM	Museu Caramulo/ Fundação Abel de Lacerda. Museu de Lamego. Museu Grão Vasco

Tabela 1 — Categoria Padrão, Unidades Correspondentes



De uma forma transversal esta categorização dos espaços define a conjuntura dos museus do distrito e por arrastamento a realidade das Unidades afetas a zonas interiores. Ressalva-se que na maioria dos espaços que se auto designam como museus, integram uma logística municipal. A Câmara Municipal, considerada como uma infraestrutura com diferentes serviços, pode contribuir para preencher as necessidades básicas do museu. Nesta ótica, as unidades museológicas vão tirar partido do edifício e serviços integrados nas autarquias de que dependem. Por consequência, muitas das Unidades não credenciadas pela RPM acabam por preencher serviços básicos, precisamente porque se encontram aco- pladas a uma unidade camarária.

1.4 ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS

O quadro apresentado abaixo, representa as características avaliadas em cada uma das unidades museológicas visitadas, através das quais foi possível chegar a dados concretos sobre a realidade que o distrito apresenta e conseguir uma estratégia sustentável para a resolução dos problemas detetados.

<i>Características Avaliadas</i>
<i>Estado do Edifício</i>
<i>Serviços Disponíveis</i>
<i>Número de Visitantes (respeitantes ao ano anterior da pesquisa)</i>
<i>Plano Científico</i>
<ul style="list-style-type: none"> Abrangência Territorial Caracterização do Campo Temático Natureza Disciplinar Dependência Administrativa Estado das Coleções, Inventário, Modalidade Incorporação, Estado de Conservação, Composição da Coleção, Conservação Preventiva.
<i>Plano Museológico</i>
<ul style="list-style-type: none"> Recursos Humanos Circuitos Museológicos Organização Expositiva Tipologia do Discurso
<i>Plano Museográfico</i>
<ul style="list-style-type: none"> Suportes de Comunicação Divulgação Estruturas Utilizadas Linha de Equipamento Propostas de Encenação Linguagem Museal Iluminação



PRINCIPAIS RESULTADOS DOS DADOS TRATADOS

- Elevados contrastes do tecido museológico;
- Falha na qualidade das unidades visitadas;
- Não cumprimento das funções museológicas;
- Articulação de museus e coleções visitáveis;
- Espaços com diferentes níveis de particularidade;
- Configuração do distrito, propícia, um trabalho em parceria;
- A maioria destes espaços apenas terá possibilidade de sobreviver, no momento em que estabelecer parcerias e comunicar de forma mais ativa com entidades próximas.

2. PROPOSTA PARA UMA REDE

O plano de gestão integrada pode ser estruturado segundo paradigmas de *redes que dependem de estruturas regionais/informais*, o que o aproxima consideravelmente do modelo adotado pela Rede de Museus do Algarve. O propósito de criação da rede surge como infraestrutura de apoio que vai permitir uma interface sustentável entre museus, dignificar espaços, imagens e possibilitar intervenções traçadas para um fim comum, a partilha de património, *“a rede terá de ser descentralizada, transversal às diversas tipologias das coleções e profundamente articulada com as expectativas, dinamismos e necessidades da sua envolvência”*⁴

A rede não pode ser entendida como uma forma de minimizar determinados espaços, mas sim interpretada como a hipótese de atingirem diferentes níveis de particularidade. Muitas destas unidades não reúnem condições para vir a ser certificadas pela RPM, contudo, podem integrar uma rede comunitária e serem infraestruturas museológicas e paramuseológicas de um circuito estruturado com narrativas próprias e profícuas. A criação da rede não se pretende uma uniformização, mas sim elos complementares de ligação e comunicação entre os museus, respeitando a individualidade de cada instituição. *“É forçoso admitir que a partilha e cooperação entre as várias instituições de carácter museológico, a nível regional, se encontra, ainda, numa fase embrionária, designadamente no que concerne à articulação entre museus e a elaboração de projectos em comum.”*⁵

À semelhança do preconizado a nível nacional, também o distrito de Viseu poderá, dentro da Rede Distrital de Museus (RDM), constituir um sistema de mediação entre as diferentes entidades museológicas, com objetivos de promoção da comunicação e entreajuda, com vista à qualificação do tecido museológico regional. Desta forma, caberá aos museus, enquanto promotores, o papel de dinamização de recursos humanos e técnicos de modo a poderem apoiar os seus pares, no cumprimento das funções museológicas, situação deficitária no conjunto investigado. As ideias acima expressas vão desencadear objetivos para uma rede, articulando as diversas valências museais e preenchendo questões, ainda embrionárias, do estudo das colecções, construção de discursos e parâmetros técnicos (inventário,

plano preventivo de conservação e afins). A estrutura da rede vai ser elaborada de acordo com a definição de uma missão coletiva de cooperação e partilha, respondendo de um modo mais eficaz, às necessidades culturais e educacionais do distrito, apresentando as seguintes diretrizes:

a) Descentralizar a política cultural, reaproveitando os recursos de cada museu da RPM e prosseguir à sua transformação em segmentos que representem o distrito

A carência de estruturas homogéneas a nível do distrito desencadeou uma seleção de três unidades capazes de serem os núcleos sede deste projeto em rede (ver mapa abaixo). O Museu de Lamego (Lamego), o Museu Grão Vasco (Viseu) e o Museu do Caramulo (Tondela), entidades da RPM, credenciadas e capazes de assumir a representatividade do distrito. Neste projeto, podem ainda ser designados como o espaço físico da RDM, onde assumem um contacto direto com diferentes parceiros, possíveis motores de desenvolvimento. Numa outra vertente, esses museus admitem uma localização geográfica específica na malha distrital, estrategicamente definida a norte, ao centro e a sul, o que permite estabelecer um contacto mais direto com os demais museus. Estas três unidades vão ser a gestão física da rede, cuja caracterização se vai delinear segundo os seguintes pressupostos:

- Elaboração de projetos com candidaturas a fundos, apoios de mecenas...
- Programação das atividades anuais da RDM;
- Realização de formações periódicas;
- Estabelecimento de parcerias, com outras redes;
- Gestão de equipamentos e recursos;
- Aquisição de um veículo de transporte que possa garantir a deslocação de peças, nas mais diversificadas situações evitando-se o recurso a *outsourcing*.

b) Criar uma rede de informação virtual a nível do distrito

O espaço *online* permitirá o cruzamento de dados para a gestão dos recursos de uma forma sustentável. Os sistemas virtuais são vistos, nos dias de hoje, como uma “rampa de lançamento” para a projecção dos museus, cada vez mais vão ser o acesso directo dos diferentes públicos aos espaços museológicos. Neste objectivo são estruturados os seguintes pontos:

- Interface virtual, basilar para um mútuo conhecimento dos museus existentes no distrito e a possibilidade de resolução de problemas, assentes em estratégias a baixo custo;
- Inscrição individual e gratuita, de todas as unidades, independentemente do órgão que as tutela;
- Sítio *online* dividido em dois acessos distintos, os *utilizadores internos*,

- para as unidades museológicas inscritas na rede, e os *utilizadores externos*, relativos a qualquer visitante que pretenda conhecer os museus do distrito;
- Assinalar as unidades não inscritas na rede, como uma referência para as restantes e para o público em geral;
 - Arquivo virtual de informação sobre cada uma das unidades (os dados apresentados nos capítulos anteriores, podem ser o arranque inicial para o repositório da RD);
 - Preenchimento de um questionário de auto-diagnóstico, por parte de cada museu, para avaliação das limitações e potenciais existentes;
 - *Layout* do espaço virtual, assegurado pelos membros da rede, com execução nos gabinetes de comunicação e marketing dos municípios que tutelam os museus.

As informações resultantes deste circuito em rede são recíprocas. Os museus têm um auto conhecimento mais profundo, face a si mesmos, porque se compararam directamente com os restantes. Numa óptica inversa, ao formularem críticas construtivas e activas para apoiarem outras unidades, actuam na definição de estratégias mais empreendedoras, nos seus núcleos de trabalho. Estas sinergias de conhecimento mútuo, de dar e receber, são um trampolim, para uma gestão museológica de qualidade.

c) Desenvolver competências e a qualidade das instituições

A aplicação deste objetivo é extensa e rege-se por diferentes patamares internos das unidades museológicas (*recursos humanos, orgânica espacial/ serviços museológicos, sistemas de comunicação e equipamentos*), desenvolvidos de seguida, mediante parâmetros de ativação:

No que respeita aos *recursos humanos*, a investigação efetuada confirma a nítida falha, no número de colaboradores que compõem os quadros, das unidades museológicas visitadas. Registaram-se 10 técnicos¹, com formação nas áreas de arqueologia, antropologia, museologia, história e atividades educativas. Num conjunto de 34 unidades visitadas é um valor bastante reduzido, face às necessidades dos espaços museológicos. O restante quadro de pessoal afeto às unidades, não tem a formação exigida para as funções museológicas, o que não torna impeditivo de apoiarem na salvaguarda do património, com a devida formação antecipada.

No eixo da formação e como contributo para o desenvolvimento profissional dos funcionários, sugere-se:

- Técnicos existentes como porta-voz de ações internas de formação;
- Conceção de equipas de trabalho, ministradas por funcionários com formação mais aprofundada nos sectores museológicos, como ponte de acesso para a qualificação dos restantes;



- Realização de seminários museológicos, *workshops* e palestras, descentralizadas e periódicas, recorrendo a oradores convidados com formação técnica mais especializada;
- Parcerias com universidades, designadamente como impulso à investigação sobre o património e coleções que integram os acervos museológicos;
- Previsibilidade da necessidade de deslocação de técnicos externos, a locais que necessitem de apoio mais especializado (nomeadamente nos campos da conservação e restauro);

A *orgânica espacial* e os *serviços museológicos* disponibilizados pelas unidades admitem limitações, o que não permite, respostas objetivas, num extenso leque de parâmetros funcionais e técnicos. Nesta ótica vão ser delineados itens de melhoria, face às restrições do edifício/ serviços que poderiam vir a ser integrados pela rede:

- Utilização de outras unidades da RDM como estruturas de apoio;
- Criação de uma estrutura física da RDM — edifício de apoio — partilhado por todas as unidades, em questões de reserva, oficinas de conservação/ restauro/ museografia e depósito de estruturas derivadas de exposições temporárias/ itinerantes;
- Reconsiderar a criação de reservas visitáveis nos edifícios como respostas ao reduzido espaço expositivo;
- Numa perspetiva mais arrojada, ser assumido pela rede, um projeto de ampliação nos edifícios museológicos, para a melhoria da orgânica espacial das unidades;
- Reestruturar fichas de inventário e subsequente criação de sistema virtual do mesmo (mantendo a linguagem dos núcleos sede na adoção ao *matríz net*);
- Estruturação de planos de conservação preventiva, que respondam positivamente às necessidades detetadas.

Os *sistemas de comunicação* são escassos ou inexistentes, o que coloca determinados museus, praticamente isolados. A começar pela comunicação externa, onde as próprias autarquias, empresas ou associações que tutelam as unidades, se colocam, muitas vezes à margem do problema. Esta sinalização externa é um dos pontos fortes, para estes espaços serem visitados. Numa outra abordagem, também a imagem interna e externa do espaço museológico, nomeadamente a identidade corporativa associada, a identificação das coleções e a articulação do espaço, são questões consideradas deficitárias. A comunicação gera crescimento e desenvolvimento, e perante a realidade do tecido museológico, os itens representam frentes de ativação necessárias e vitais:

- Reforço da sinalização exterior, mediante acordos com as entidades responsáveis;
- Desenvolvimento da imagem corporativa da RDM, passível de ser adotada

por qualquer unidade membro, no sentido de lhe atribuir uma coerência conjunta (logótipo, comunicação — interna e externa, material impresso, etc);

- Criação de uma sinalética interna universal;
- Delinear uma base estrutural para os sistemas de comunicação, identificando formatos, materiais e *layouts*;
- Criação gráfica, assegurada pelos membros da rede, com execução nos gabinetes de comunicação e marketing dos municípios que tutelam os museus;
- Seleção de uma empresa *outsourcing*, que garanta o fabrico dos suportes gráficos, entrega, aplicação e manutenção.
- No sentido lato do termo, os *equipamentos* são definidos pelas estruturas que suportam as peças nas salas de exposição (permanente/ temporária) e a forma como a iluminação é apresentada. Estas estruturas são, por vezes, inexistentes, ou adaptadas a essa finalidade, sem terem sido necessariamente projetadas para o efeito. À margem desta questão, foram detetadas duas situações: a construção de equipamentos, sem existir a formação necessária para a sua conceção (casos em que foram construídos pela secção de carpintaria da autarquia), ou ainda, unidades que admitem equipamentos encomendados a uma empresa, que se limita a construir, e não a projetar uma estrutura funcional e adaptada às exigências das peças/ coleções. Os objetivos específicos apresentados vão referenciar possíveis estratégias de resolução, face aos problemas detetados:
- Projeção de uma linha de equipamentos permanentes, adaptados às realidades das coleções registadas;
- Projeção de uma linha modular, que possa ser montada e desmontada diversas vezes, no sentido de integrar situações de exposições temporárias e/ou itinerantes;
- Projeção de uma linha de equipamentos, estruturalmente desenhada para integrar reservas visitáveis;
- Elaboração de um plano de iluminação, estabelecido em paralelo com conservadores, que defina potências e tipo de lâmpadas utilizadas;
- Criação de um catálogo das diferentes linhas de equipamentos e sistemas de iluminação;
- Contratação de uma empresa *outsourcing*, que em parceria com técnicos de museografia e conservação, estructurem uma linha de equipamentos permanentes, adaptados às realidades das coleções registadas e/ou estabelecer protocolos com universidades técnicas (áreas de design, engenharias de materiais e similares...), para a execução dos projetos;
- Respeitante ao plano museográfico dos museus em geral e da amostra em particular, esta premissa de normalização e uniformização pode advir mais-valia, para todas as unidades que os adotarem.

A cenografia pode ser reformulada, a aplicação pode especificar, cores, tipos de letra e dimensões, mas se existir uma base de trabalho para inserir



essa informação e um material previamente pensado, que responda positivamente à sua função, existirá por certo, uma redução de custos. O mesmo se processa nos equipamentos, que muitas vezes não são estruturados de forma funcional para preencherem as necessidades das peças. Se a rede projetar uma linguagem de equipamentos, passível de ser integrada na maioria das unidades que delas necessitem, e que visualmente não interaja com a exposição, uma vez mais, será encarada como uma política de contenção de despesas.

d) Desenvolver uma colaboração mutua e recíproca para a transmissão do património distrital, numa extensão cultural e educativa

A partilha entre unidades ainda é abordada de forma superficial, pois implica disponibilidade de interação interna, projectada em factores externos, de visibilidade das unidades pelos diferentes públicos.“ Em nosso entender, a qualidade em museus é sobretudo, e acima de tudo, *participação, estudo e inovação*.”(VICTOR, 2010:2).Na aplicação do último objectivo, traçado para a RDM, vão ser abordadas especificidades necessárias, respeitantes à possível interação entre museus (no campo expositivo) e ao discurso estabelecido entre museus/ públicos e museus/ comunidades:

- Criação de um bilhete conjunto, que permita visitar diferentes unidades, com uma durabilidade periódica e como hipótese de financiamento;
- Implementação de circuitos/ roteiros entre museus, onde a interação entre as localidades se tornaria mais ativa e o intercâmbio de visitantes;
- Agrupar temáticas e promover a criação de exposições itinerantes;
- Explorar coleções, ultrapassando barreiras tradicionais;
- Incentivar dinâmicas comunitárias;
- Estabelecer protocolos com comunidades escolares;
- Programar atividades educativas;
- Criação de parcerias com turismo da região e do país.

As comunidades são o principal factor de motivação de muitas das unidades que se desenvolveram no distrito. Instrução, integração social, incentivo para o contacto com a cultura, com as origens e, acima de tudo, o combate à desertificação, são os principais motivos que levaram à criação dessas unidades museológicas. A integração das pessoas é fundamental e a criação de infraestruturas de apoio é a resposta impulsionadora para esse fim.

Inevitavelmente, há que alargar horizontes pois, “(...) *num mundo de mercado, num mundo capitalista podemos dizer que o património é um capital, um capital do povo, um capital do território, um capital cultural (património é uma parte da cultura), um capital social porque pertence à comunidade, a toda a população, a todo o povo do território, e um capital económico, porque é importante para o turismo*

(...)”(VARINE, 2007:3).Fica em aberto o pensamento de que as comunidades e o público em geral se mantêm num casulo e que ainda permanece o mito do distanciamento criado entre unidades de cultura e públicos. Sem querer, o comum visitante continua a assumir que um museu, ou um local de promoção cultural, ainda não é o seu espaço, não se sentindo inteiramente à vontade para participar, usufruir e a partir dele construir novas perspectivas para as percepções conceptuais e plásticas da vida.

É vital desenvolver a interação do Museu com a comunidade circundante, para que, em prol da inserção social, atinja níveis de qualificação cultural, de valorização do património e de renovação de práticas sociais e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação recolhida permitiu avaliar potenciais e limitações dos museus dispersos pelo distrito. Indicadores de heterogeneidade museológica, contrastes de edifício, instabilidade dos discursos apresentados, formação técnica pouco especializada e uma conseqüente gestão deficitária a necessitar de rápida intervenção. Numa outra vertente, o ímpeto de crescimento, desses “auto designados” museus, surpreendeu, pois, assumem missões de combate à desertificação, preservação de memórias e de identidade, factores que remetem para a definição de valores de cidadania e património. A necessidade de mudança pautou a criação de uma Rede de Museus Distrital, uma interface de disseminação de conhecimento tão real quanto necessário, em plena era das tecnologias da informação e da comunicação. A estratégia de cooperação, trabalho de equipa entre museus, disponibilidade para melhorar a formação interna, promover parceiros junto de universidades e de organizações de cariz associativo, capazes de visionar estruturas museológicas ativas e participativas nas comunidades são perspectivas promissoras e necessárias na institucionalização de uma qualidade dos tecidos museológicos dispersos pelo país. O conjunto de ideias apresentadas não é uma conclusão, mas um projecto à espera de ser testado e transformado, num contínuo processo de avaliação e melhoria. Conhecer mais aprofundadamente a envolvência museal que me rodeia todos os dias, permitiu-me enquanto cidadã e potencial agente cultural, criar uma maior consciencialização e alargar os horizontes, sobre, o que o conceito de património para a cidadania, implica. A investigação continua, e vejo como necessário e urgente, um levantamento referencial de todas as unidades museológicas do país, num esforço comum das realidades que partilham ideologias patrimoniais e educativas como motores vivos de uma sociedade onde “*A mais importante actividade de uma rede é... trabalhar em rede... um processo e não um produto*”. (SANI, 2010:9)

REFERÊNCIAS

- AGREN, Per-Uno. Reflexões sobre a Rede Portuguesa de Museus. In: *Fórum Internacional Redes de Museus*: Actas. Lisboa: IPM, 2002, p. 17-24.
- CAMACHO, Clara Frayão. *O modelo da Rede Portuguesa de Museus e algumas questões em torno das redes de museus* [em linha]. In: I Encontro de Museus do Douro: Actas, 24 de Setembro de 2007 [Consult. 2011-10-01]. Disponível em WWW: <URL: http://www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/pdf/clara_camacho.pdf>
- HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. *Manual de Museología*. Madrid: Síntesis, 1994. 318p. (Biblioteconomía y Documentación). ISBN 84-7738-224-7
- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia; CAMPAGNOLO, Henri. *O conceito de «Rede»: incidências, sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas*. In: Fórum Internacional Rede de Museus: atas. Lisboa: Instituto Português de Museus, DL 2002. 235 p. ISBN 972-776-164-X.
- MONTEIRO, Joana Sousa. *A rede ibero-americana de museus no contexto da museologia contemporânea: alguns exemplos de projectos na Europa*. In: *Ibermuseum 2: Reflexões e comunicações*. Brasília: Instituto do Património Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2008. ISBN 978-85-7334-075-4 p. 274-283
- RICO, Juan Carlos. *Montaje de exposiciones: museus arquitectura arte*. Madrid: Sílex, 2001. 261 p. ISBN 84-7737-061-3
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.). *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 2002. 275 p. ISBN 972-674-104-1
- SANI, Margherita. *Rede Portuguesa de Museus: uma visão exterior. Museus em Rede*: Boletim da Rede Portuguesa de Museus. Ministério da Cultura: IMC. ISSN 1647-8576, nº 37 (Outubro 2010), p. 9-10

NOTAS

- 1 SILVA, Raquel Henriques et al. *Inquérito aos Museus em Portugal*. Lisboa: IPM, 2000. 260 p. ISBN 972-776-041-4.
- 2 Os 24 concelhos do distrito são Armamar, Carregal do Sal, Castro Daire, Cinfães, Lamego, Mangualde, Moimenta da Beira, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Penedono, Resende, Sta. Comba Dão, São João da Pesqueira, S. Pedro Sul, Sátão, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Tondela, Vila Nova Paiva, Viseu e Vouzela.
- 3 LEI nº 47/2004. D.R. I Série A. 195 (2004-08-19) 5379-5394
- 4 A Rede Portuguesa de Museus é um sistema organizado de museus, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus. A Estrutura de Projeto Rede Portuguesa de Museus foi criada na dependência do Instituto Português de Museus pelo Despacho Conjunto n.º 616/2000, de 17 de Maio.
- 5 Ministério da Cultura e Instituto Português de Museus. *Inquérito aos Museus Portugueses*, p.15
- 6 Ministério da Cultura e Instituto Português de Museus. *Inquérito aos Museus Portugueses*, p.15